

**A. I. Nº** - 115484.0006/02-1  
**AUTUADO** - MARTIN AND RABBIT COMÉRCIO DE ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA.  
**AUTUANTE** - GISÉLIA RIBEIRO GUIMARÃES  
**ORIGEM** - INFAZ IGUATEMI  
**INTERNET** - 08.10.02

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0345-02/02

**EMENTA:** ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. ENTRADAS E SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. MERCADORIAS AINDA EXISTENTES FISICAMENTE EM ESTOQUE. Constatando-se, num mesmo exercício, diferenças tanto de entradas como de saídas através de auditoria de estoque, estando as mercadorias ainda fisicamente em estoque, é devido o pagamento do imposto pelo sujeito passivo sobre a diferença nas entradas, na condição de responsável solidário, por ser detentor de mercadorias recebidas de terceiros, desacompanhadas de documentação fiscal, bem como do imposto de sua responsabilidade direta, relativo à omissão de saídas. Infração não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 28/06/2002, e reclama o valor de R\$8.670,81, apurado mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias em exercício aberto, relativo ao período de 01/01 a 10/04/2002, conforme documentos e demonstrativos às fls. 08 a 42, em decorrência dos seguintes fatos:

- 1) Falta de recolhimento do ICMS no valor de R\$ 7.706,53, relativo a omissão de saídas de mercadorias tributáveis no valor de R\$ 45.332,53, efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem a respectiva escrituração, decorrente da falta de contabilização de entradas de mercadorias em valor inferior ao das saídas efetivas omitidas, levando-se em conta para o cálculo do imposto o maior valor monetário, ou seja, o das saídas tributáveis.
- 2) Falta de recolhimento do ICMS no valor de R\$ 964,28, pela constatação da existência de mercadoria em estoque desacompanhada da respectiva documentação fiscal, atribuindo-se ao seu detentor a condição de responsável solidário, decorrente da falta de contabilização de entradas de mercadorias.

O sujeito passivo, no prazo legal, em seu recurso defensivo à fl. 47, discorda do levantamento quantitativo das saídas com notas fiscais dos itens CALÇAS e CARTEIRAS, tendo alegado que as quantidades corretas são respectivamente 301 e 22. Por conta disso, reconhece a procedência parcial do item 01 no valor de R\$ 4.394,02, calculado sobre a base de cálculo no valor de R\$ 25.847,15. Quanto ao item 02 da autuação, o autuado declarou concordar com o valor lançado no Auto de Infração. Ao final, reconhece a procedência parcial da ação fiscal, e requer a redução da multa aplicada, tendo acostado ao seu recurso cópia do DAE no valor de R\$ 1.339,57 correspondente ao pagamento inicial de parcelamento de débito (doc. fl. 48).

A autuante, em sua informação fiscal à fl. 82, mantém o seu procedimento fiscal em virtude do autuado não ter apresentado nenhum demonstrativo indicando as possíveis discrepâncias no levantamento quantitativo acompanhado das respectivas notas fiscais.

## VOTO

Na análise das peças que compõe o processo, verifica-se que a exigência fiscal de que cuida a lide está representada por duas infrações, e foram apuradas mediante levantamento quantitativo por espécie de mercadorias, cujo contribuinte autuado em seu recurso defensivo à fl. 47 reconheceu o cometimento da segunda infração, concernente a falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 964,28, inerente a responsabilidade solidária detectada pela constatação de mercadorias em estoque desacompanhadas da respectiva documentação fiscal, decorrente da falta de contabilização de entradas de mercadorias.

Com relação a primeira infração no valor de R\$ 7.706,53, referente a omissão de saídas de mercadorias tributáveis, a alegação defensiva foi de que as quantidades corretas das saídas dos itens CALÇAS e CARTEIRAS são respectivamente 301 e 22, ao invés de 191 e 4, reconhecendo a procedência parcial deste item no valor de R\$ 4.394,02.

Analizando-se o argumento defensivo, constata-se que o sujeito passivo formulou a sua defesa de forma genérica, limitando-se a negar o cometimento parcial da infração sem a apresentação de qualquer documento de prova, em desacordo com o que preceitua o artigo 123 do RPAF/99, que reza a obrigatoriedade do sujeito passivo ao impugnar o lançamento fiscal, deve fazê-lo acompanhado das provas que o mesmo tiver, inclusive os respectivos documentos e demonstrativos. No caso, observo que o autuado não trouxe aos autos a prova de sua alegação, e a simples negativa do cometimento da infração não lhe desonera de elidir a autuação com as provas cabíveis ao caso.

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **115484.0006/02-1**, lavrado contra **MARTIN AND RABBIT COMÉRCIO DE ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$8.670,81**, acrescido da multa de 70%, prevista no artigo 42, III, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de setembro de 2002.

FERNANDO A. B. DE ARAÚJO - PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS BACELAR - RELATOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - JULGADOR